



Universidades Lusíada

Dias, João Ferreira

O Messias já chegou, e livrará “as pessoas de bem” dos corruptos : messianismo político e legitimação popular, os casos de Bolsonaro e André Ventura

<http://hdl.handle.net/11067/5794>

<https://doi.org/10.34628/p1bj-5611>

Metadados

Data de Publicação	2020
Editor	Universidade Lusíada
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 02 (Julho-Dezembro 2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T15:28:06Z com informação proveniente do Repositório

O Messias já chegou e livrará “as pessoas de bem” dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura

The Messiah has come and will redeem the “good people” from the corrupt: political messianism and popular legitimacy, the cases of Bolsonaro and André Ventura

João Ferreira Dias

Doutor em Estudos Africanos.

Investigador do Centro de Estudos Internacionais – Instituto Universitário de Lisboa

Investigador-Associado do Centro de História da Universidade de Lisboa.

E-mail: joaoferreiradias@outlook.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/p1bj-5611>

Resumo: Neste artigo procura-se analisar a introdução de um discurso de natureza messiânica na fabricação da legitimação por parte de dois atores políticos considerados “populistas”: Jair Messias Bolsonaro e André Ventura. Pretende-se, pois, evidenciar a utilização de discursos antissistémicos, anticorrupção e antielitistas que antagonizam a sociedade, entre “pessoas de bem” e as demais, evidenciando um cenário de emergência de *outsiders* que se legitimam nos preconceitos e que se assumem como redentores das sociedades, operando num quadro de memória social.

Palavras-chave: Messianismo, populismo, corrupção, “pessoas de bem”, André Ventura, Jair Bolsonaro.

Abstract: This article seeks to analyse the introduction of a messianic discourse in the making of the self-legitimacy by two political actors considered “populist”: Jair Messias Bolsonaro and André Ventura. The aim is to highlight the use of anti-Systemic, anti-corruption, and anti-elitist discourses that antagonize society, between “good people” and the others, evidencing a scenario of

emergence of outsiders who legitimize themselves in prejudice, and who assume themselves as redemptors of societies, operating within a framework of social memory.

Keywords: Messianism, populism, corruption, “good people”, André Ventura, Jair Bolsonaro.

1. Pano de Fundo do artigo

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, na sua obra sobre a morte das Democracias (2018), afirmam que o papel de obstruir os políticos demagogos encontra-se nos partidos políticos, mais do que na sociedade, uma vez que os primeiros são, de igual modo, responsáveis pela construção de alianças “fatídicas” com *outsiders* que revelam traços de autoritarismo. Para tanto, apresentam quatro comportamentos-padrão que permitem sinalizar a presença de um discurso/ator político de feição autoritária: 1) rejeitar as regras do jogo democrático, por meio de palavras e ações; 2) negar a legitimidade dos seus oponentes; 3) tolerar ou encorajar a violência; 4) disponibilidade para reduzir as liberdades civis dos oponentes, bem como da imprensa.

Para estes, é o *outsider* populista quem melhor reúne estes quatro indicadores, uma vez que vem de fora do cenário político (e nos casos em apreciação veremos que não vindo, são percebidos como tal) e reclama representar a voz do povo contra o que afirma ser uma elite corrupta e conspiratória contra os interesses do povo.

É, precisamente, nesta dimensão de representante do povo que incide a análise deste artigo. Assim, procura-se analisar a introdução de um discurso de natureza messiânica na fabricação da legitimação por parte de dois atores políticos considerados “populistas”: Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil, e André Ventura, líder do partido Chega. Pretende-se, pois, evidenciar a utilização de discursos antissistémicos, de combate, de divisão e de moralização social, que operam no quadro da memória coletiva enquanto ato de poder, tornando o agente do discurso no Messias anunciado, aquele que irá dar voz “ao povo” contra as “elites corruptas”.

2. Populismo e a matéria de que é feito o Messias político

Importa começar por delimitar os dois conceitos aqui presentes: populismo e messianismo. Respeitante ao conceito de populismo, o aspeto mais consensual entre os vários autores é que este possui uma dimensão conceptual escorregadia, variando largamente nos significados que adquire (Taggart, 2000), em razão das modalidades discursivas que o conceito permite invocar tendo em conta variações geográficas e culturais (Freedon, 2017). Não é por acaso que Hallin (2019), em referência ao trabalho

de Laclau, afirma que o populismo é uma forma de fazer política, não sendo, propriamente, uma ideologia. Pelo contrário, na condição de forma de fazer política comporta diferentes ideologias, de uma margem à outra do campo político-partidário. Todavia, para os efeitos deste trabalho, há uma forma de populismo que nos interessa particularmente: o populismo de pendor autoritário, uma vez que é este que se relaciona à figura do messias. Canovan é um dos autores que tem trabalhado este tema (1981, 1999). Para a autora, o populista autoritário é um líder carismático que procura distanciar-se dos demais políticos e das elites intelectuais – anti-elitismo (Taggart, 2000) – de modo a apelar aos sentimentos reacionários da população, propagando, especialmente, a ideia de que fala em nome daquela (“the people”; Taggart, 2000) contra o sistema. Emerge, portanto, uma dicotomia social, uma luta não de classes, mas entre o povo “puro” e a elite “corrupta” (Mudde, 2004). No que ao messianismo diz respeito, precisamos reconhecer, em primeiro lugar, o seu substrato religioso. Sem a figura do messias-guerreiro (David) ou do messias-redentor (Jesus), seria impossível chegar ao messias-político. Para tanto, o messianismo corresponde a uma crença ou expectativa de fé na chegada ou na volta de um líder carismático que conduzirá o seu povo – enquanto “povo eleito” – a um reino de paz e justiça (Nogueira Negrão, 2001). As culturas portuguesa e brasileira estão impregnadas por este imaginário, ampliado a partir do sebastianismo (Hermann, 1998, 2005; Lima, 2010; dos Santos, 2012; Andrade, 2015; Azambuja Ribeiro, 2015) e em Portugal utilizado de forma estratégica e ideológica durante o Estado Novo (Martins, 1992). Com efeito, é difícil dissociar a dimensão personalística do Estado Novo da figura de António Oliveira Salazar. O “salazarismo” foi, em grande medida, uma liderança carismática e “sebastianista”. Rubio Plo (2006) encontra, ainda, o sebastianismo na eleição presidencial de Aníbal Cavaco Silva, enquanto fenómeno de crença num líder carismático redentor em períodos de crise económica e social.

Assim, compreende-se que a figura do mes-

“Pretende-se, pois, evidenciar a utilização de discursos antissistémicos, de combate, de divisão e de moralização social, que operam no quadro da memória coletiva enquanto ato de poder, tornando o agente do discurso no Messias anunciado, aquele que irá dar voz “ao povo” contra as “elites corruptas”.”

sias opera determinantemente no imaginário coletivo das sociedades em análise, permitindo uma reciclagem coeva através da liderança carismática política.

Ao procurar delimitar operatorialmente os regimes ditatoriais, Matos Correia e Leite Pinto (2020, p. 326) mencionam que no exercício do poder “há uma componente personalista, com a existência de um líder, que muitas vezes é o fundador do regime”. Todavia, essa dimensão personalística do exercício do poder não surge, na maioria dos casos, como resultado *a posteriori* da tomada do poder. *A contrario*, a dimensão personalista é fator determinante na conquista do poder, inclusive pelas vias democráticas constitucionais e legalmente previstas. Nesse sentido, a dimensão personalista corresponde, em rigor, a uma invocação em termos políticos de um modelo de tradição judaico-

-cristã que, na sua génese, é tanto política quanto religiosa, i.e., a figura do “Messias”. Nesse quadro de referência de onde bebem as culturas ocidentais, o messias apresentaria uma dimensão senão de *pater*, pelo menos masculina e guerreira ou redentora. No alvor dos tempos, o messias acorrentar-se-ia, enquanto modelo de exercício do poder, com a figura do ditador, embora possa assumir, igualmente, uma dimensão de “chefia constitucional” (Ferreira da Cunha, 2015, p. 17). Ferreira da Cunha (2015, p.19) reconhece um cenário que favorece a emergência deste tipo de figura, tendo em conta que a sociedade portuguesa, apresenta um crescimento significativo de descrença nas “legitimidades modernas eleitorais (...), e parece infelizmente muito aberta à possibilidade de um chefe carismático, bonapartista ou outro”. Evidencia-se que tal figura não é de contornos unívocos, emergindo da trama do tear social. Por essa razão, o tear da sociedade democrática permite tecer um salvador que aparenta e se apresenta como agindo dentro da legalidade e em defesa da sociedade, jamais contra as normas jurídicas, a não ser que estas estejam contra a sociedade. O balanço das contradições (*contraditio in terminis*) é o que permite a legitimação popular a cada momento, porque tais messias falam para díspares públicos.

Como referido *supra*, as ideias de messias político e de legitimação encontram-se num novo. Da reflexão weberiana conhecemos três tipos de legitimação: racional/legal, tradicional e carismática. É nesta última que se inscreve a tipologia de ator político em análise. Para os devidos efeitos, importa ter presente que o conceito de “carisma” corresponde a um “dom”, à “graça” inerente a determinado sujeito e que produz adesão e obediência por parte do todo ou de parte da comunidade. Lara Martínez (2010), ao tratar do messianismo político nas figuras de Franco e Pinochet, argumenta que em face da impossibilidade de obter legitimidade legal por via do processo democrático¹, a invocação sobrenatu-

¹ Para uma abordagem jurídico-política da relação entre legalidade e legitimidade ver Matos Correia e Leite Pinto (2020, pp. 171-183).

ral surge como mecanismo de legitimação, sendo, pois, a legitimação carismática do detentor do poder. A “guerra santa” contra o comunismo encarnava a luta do “bem” contra o “mal”, razão pela qual Pinochet afirmava que “a mão de Deus está aqui para salvar-nos”. (Lara Martínez, 2010, p. 150). Tal como a autora refere, um regime ditatorial lida, necessariamente, com o problema da obediência e da legitimidade, pelo que a apropriação de simbologia religiosa opera como cimento social. Através da investidura religiosa de natureza messiânica, o ditador (ou o messias-político, numa referência *não stricto sensu* à figura do detentor do poder no regime ditatorial), legitima a sua atuação, adquirindo um capital de legitimidade incontestável, uma vez que ela se reveste da unção divina.² Para tanto, há uma natureza dicotômica, tanto na ação quanto no plano das ideias, presente na construção de um inimigo, interno ou externo, ou ambos, que encarna, desse modo, o imaginário maniqueísta judaico-cristão. Adiante, ao tratar de Bolsonaro e André Ventura, esta ideia do inimigo do “povo eleito” estará em apreciação.

Vale aqui derivar a abordagem para o quadro da disciplina antropológica, uma vez que se afigura útil o recurso à noção de “dívida” de Marcel Mauss. A mais-valia desta abordagem encontra-se na relação messiânica entre o líder eleito e o “povo eleito”. Partindo da relação entre sujeitos e seres religiosos, transfere a análise para o campo das relações humanas, enfatizando uma noção de troca, a qual formaliza um contrato através da dívida concedida e a devoção retribuída. Nesse cenário de economia da dívida, as noções de honra e prestígio operam determinadamente, garantindo a circularidade e a reversibilidade da troca. No plano das relações sociais, o prestígio do detentor do poder em determinada comunidade encontra-se relacionado, no seu entendimento, à capacidade de este retribuir as dívidas. Há, portanto, uma dimensão mo-

ral na troca entre comunidades e no seio da comunidade que estabelece e revitaliza as relações sociais, operando, inclusive, numa lógica de aliança. Nesse sentido, a expectativa de quem adere, segue ou se submete à liderança carismática do messias-político (populista) é a de que este lhes dê voz, que represente os seus valores ou rejeições contra o sistema, ao mesmo tempo que lhe reconhecendo a dádiva da escolha representativa³, i.e., da condição de messias, esperam aparecer como o seu “povo eleito”.

3. Os estudos-de-caso: o “mito” brasileiro, e o “ungido” português

Todorov (2012), alerta para a circunstância de as forças inimigas da democracia serem produzidas dentro do regime democrático e que, por tal facto, possuem a capacidade de se “trasvestir” de legítimas, ao invocarem, para esse feito, o espírito democrático que lhes habitaria. Ainda Todorov, encontra na liberdade de expressão a justificativa para a emergência de tais forças, uma vez que esta é concebida por tais indivíduos como licitude para exprimir qualquer pensamento, inclusive os de cariz discriminatório. O autor encontra no populismo e na xenofobia importantes motores da emergência dessas forças antidemocráticas. Dando a Europa como exemplo, onde emergiu, nos últimos anos, um discurso “a Europa para os europeus”, Todorov postula o ressurgimento dos temas nacionalistas em um mundo cada vez mais global. Nas páginas seguintes serão analisadas as figuras de Jair Messias Bolsonaro e André Ventura, enquanto paradigmas do político populista, messiânico e carismático.

3.1. Desmontando o “mito” – Jair Messias Bolsonaro

Nos estudos religiosos, os mitos são objeto de

exegese, a qual permite dissecar a linguagem simbólica, metafórica e perceber a tecelagem da memória e da história orais presentes (Vide, v.g., Apter, 1987; Vansina, 1985; Hannon, 1997). É nessa condição de “mito” – designação dada pelos seus apoiantes (vulgo “bolsominions”) –, enquanto produto de referência religiosa, que proponho analisar o político carismático-messiânico Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente da República Federal do Brasil.

Perceber a emergência de Bolsonaro na política brasileira enquanto messias-político carece, em primeiro lugar, de um olhar ao lugar da religião no campo da política brasileira. De *prima facie* temos um cenário de exponencial crescimento da presença das igrejas evangélicas neopentecostais no espaço político brasileiro, com as chamadas “bancadas evangélicas” nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas estaduais e no Congresso Nacional (Oro, 2003, 2005; Teixeira da Silva, 2017). Fenómenos de leitura da Bíblia em sede de plenários são cada vez mais recorrentes e licitam debates sobre a teocratização da política brasileira. Esta situação permite a emergência de um tipo de discurso não só messiânico como de moralização da sociedade brasileira, através da admissão de uma agenda política ultrarreligiosa no campo político-partidário do país.

Na emergência de um movimento de natureza populista e carismática, as redes sociais operam determinadamente, uma vez que se trata de meios de comunicação de livre acesso e nenhuma regulamentação. Facebook, Twitter e, no caso brasileiro, o WhatsApp, plataforma de ampla difusão na sociedade brasileira e através da qual se realizam a larga maioria de interações sociais, permitindo a circulação de notícias, *fake news*, *memes*, através de grupos fechados, familiares, ideológicos, religiosos, entre outros. Como refere Almeida (2019), a rede WhatsApp foi essencial nas eleições brasileiras de 2018 que elegeram Bolsonaro, sobretudo por via da deslegitimação dos candidatos pelos eleitores-opositores, aqui com prejuízo particular para Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda Almeida, na esteira de uma abordagem feita pela imprensa, traça uma

2 Diversas reflexões sobre o “rei sagrado” oferecem ferramentas para uma abordagem mais ampla à figura do ditador messiânico. Sobre esta matéria ver, v.g., Huan (1959), Valensise *et. al.* (1986), Scubla (2003), Lopes (2010).

3 Existe um interessante debate sobre a questão da representação e da representatividade para o qual se remete a leitura. Young (2006), reflete sobre os limites e dilemas da atuação dos políticos enquanto representantes de determinados grupos sociais minoritários, entre a representação dos interesses e o agir no lugar dos representados.

anatomia correta das eleições de 2018, colocando-as em paralelo com as eleições de 1989. O discurso de Jair Bolsonaro contra a corrupção das elites políticas, com particular enfoque no PT de Luíz Inácio Lula da Silva, assemelhou-se ao discurso de Fernando Collor de Mello ao lado dos “descamisados” e contra os “marajás”, candidato na época visto, também, como “mito” e em torno do qual foi construído um imaginário messiânico (Tavares, 1998; Pereira, 2004). Ademais, a utilização ostensiva da bandeira brasileira, a filiação a um partido pequeno e sobretudo o combate à ideia da “velha política” responsável pela corrupção sistêmica, perpassa as candidaturas de Bolsonaro e Collor. Merecedor de menção está o facto de que ambos foram eleitos com uma percentagem de votos semelhante – 53% para Fernando Collor de Mello e 55% para Jair Messias Bolsonaro –, o que abre a porta à indagação sobre uma eventual franja social consolidada em torno da gramática messiânica que poderá ter visto em Bolsonaro uma continuação de Collor. Em termos concretos, o discurso anticorrupção de Bolsonaro serviu de pretexto para antagonizar a sociedade brasileira, enfatizando duas narrativas: a do “cidadão de bem” ou “pessoas de bem”, e a de que “bandido bom é bandido morto”. A conjugação destas ideias articula uma gramática securitarista que permitiu a propagação da ideologia do armamento geral da população, bem expressa no gesto da “pistola” usado por Bolsonaro e pelos seus apoiantes e que foi empregue como argumento contrário pelo eleitorado do PT, que procurou associar a propagação desse símbolo gestual como reflexo freudiano de uma obsessão erótica por armas.

As “pessoas de bem” – correspondentes ao “the people” referido por Taggart (2000) – no discurso de Bolsonaro identifica o cidadão trabalhador, vítima da corrupção sistêmica do Estado e da violência do “bandido”. O combate político contra a corrupção, i.e., contra a “*velha política*”, foi canalizado como sentimento popular “antipetista”. Essa narrativa pesou determinantemente sobre a candidatura de Haddad, sobre o qual pairava, negativamen-

te, a sombra de Lula, que se encontrava preso por alegada corrupção (*vide* Almeida, 2019, p. 204).

Os discursos humanitários da campanha de Haddad, em torno de temas progressistas como o combate ao racismo, ao machismo, à violência contra as mulheres e LGBTI, entre outros⁴, apareceram catalogados como “política identitária” de esquerda, a que Bolsonaro apelidou de “mimimi” (expressão popular brasileira para queixume), não mobilizaram o eleitorado indeciso ou pró-Bolsonaro, nem mesmo quando foi introduzida uma campanha que visava recuperar os acontecimentos violentos da ditadura militar, a qual Bolsonaro procurou defender e apresentar um discurso nostálgico. Bolsonaro manteve-se apoiado por eleitorados conservadores de classe média e alta e por largas franjas sociais evangélicas, na sua maioria avessa às questões das minorias⁵. A contrarresposta à investida de “esquerda”, foi a propagação de imagens de fetos abortados, recen- trando a agenda humanitária na “pauta pró-vida”, a qual foi reforçada com uma agenda de costumes relacionadas ao corpo e à sexualidade, combatendo a “ideologia de género”, assunto que gerou um “pânico moral” junto da população mais conservadora, como refere Almeida (2019, p. 205)⁶.

3.1.1. O “politicamente incorreto” como investidura do líder carismático

Discursos populistas sobre violência, armamento geral da população, “costumes”, i.e., contra os direitos de minorias sexuais, étnicas, religiosas e outras, e em defesa da absoluta liberdade de expressão (leia-se

em favor de uma linguagem abertamente discriminatória), são classificados, por aqueles que os proferem, como “politicamente incorretos”. Essa condição de “politicamente incorreto” transforma-se numa investidura do enunciador, uma vez que as mensagens discriminatórias, racistas, falsas, descontextualizadas, incitadoras ao ódio, são lidas pelo eleitor a que se destinam, o “povo” (“the people”), como “verdades”.

No contexto da sociedade brasileira, os discursos “politicamente incorretos” visam um efeito político e social concreto: restabelecer o *status quo* ameaçado pelo empoderamento das minorias, em resultado de políticas públicas de reparação histórica, como as quotas raciais⁷. Com uma baixa confiança na democracia, o Brasil é um país com uma sociedade disponível para o revisionismo histórico (da escravatura à ditadura militar), processo levado a cabo por Bolsonaro e os seus mais próximos apoiantes (Di Carlo e Karmradt, 2018). Com efeito, este processo de revisionismo histórico visa a recomposição da memória coletiva, reforçando uma narrativa ideológica de um grupo dominante (Triaud, 1999).

Como referem Di Carlo e Karmradt (2018, p.60) decorre, com a emergência de Bolsonaro, a ideia de que há uma cultura de esquerda que é politicamente correta, produzida e legitimada nas universidades, e que a direita assume o lugar de revolta, do politicamente incorreto, do anti-intelectualismo. Dito de uma forma sumária, mas concretizadora do modelo de pensamento bolsonarista: a direita, na sua condição de antissistémica e de *lieu de résistance*, é portadora das “verdades” desconfortáveis. Dizer tais “verdades”, em nome das “pessoas de bem”, operou e opera como investidura de legitimidade, de Bolsonaro-candidato a Bolsonaro-presidente. Como referem Souza Costa e Silveira (2018), a anatomia do autoritarismo bolsonarista sustenta-se na condição de enunciador de “verdades”, as

4 Para uma abordagem mais detalhada a temas *vide*, v.g., Nunes (2006), Carneiro (2011), Carone e Bento (2017).

5 As classes média e alta brasileiras encontram-se historicamente associadas a questões de “branquitude” e reforço das fronteiras sociais, opondo-se às políticas públicas dos governos do PT que favoreceram a mobilidade social. Esta situação encontra-se adstrita ao mito político-civilizacional brasileiro da “democracia racial”. Sobre este tema *vide* Sales Jr. (2006) e Alberto e Hoffnung-Garskof (2018).

6 Para a questão da “ideologia de género” e a sua discussão na sociedade brasileira *vide* Miskolci e Campana (2017), Miskolci (2018) e Machado (2018).

7 As quotas raciais no Brasil permitiram o acesso de populações marginalizadas *a priori*, i.e., aquelas que possuem uma interseccionalidade entre raça e condição económica. Sobre o tema *vide*, v.g., Jaccoud e Beghin (2002), Kaufmann (2010), Meira (2011).

quais reforçam o poder de Bolsonaro, o político-militar de “pulso firme”.

3.1.2. a gramática do autoritarismo

Como perceptível, a emergência do messias-político requer um consenso social alargado da existência de um sistema com enormes fragilidades, incapaz de garantir a segurança dos cidadãos, marcado pela corrupção e que, ao mesmo tempo, através de políticas progressistas, atenta contra uma moral historicamente dominante. Para se efetivar precisa, sobretudo, de uma larga maioria de “descamisados” da globalização, massas populares em situação precária, e de elites ameaçadas, compondo um antagonístico quadro eleitoral de “cidadãos do bem”. O “cidadão do bem” é uma terminologia elástica, que melhor se compreende na alteridade, i.e., é pela identificação do contrário que constrói a auto-identificação.

Com efeito, ao propor um combate antisistémico, contra as forças do mal, ao caso a esquerda “petista”, esta nova direita apresenta uma gramática própria, uma novalíngua⁸, e a novilíngua bolsonarista, de forte expressão fascista, constrói o antítipo sociológico do “cidadão do bem”, que seria o negro (naturalmente “bandido”), a mulher feminista, o homossexual, pessoas que corromperiam a sociedade brasileira, em razão da sua inerente condição marginal. Vivencia-se, pois, uma gramática autoritária de produção de rutura social, ao invés de consenso, por forma a reforçar a presença de um “povo” que combate o seu inimigo interno, e que é conduzido pelo líder carismático, o messias, que no caso de Bolsonaro é, sobretudo, um messias-guerreiro, em virtude do seu passado militar. Essa circunstância de carreira militar, permitiu-lhe ser percebido como um *outsider* da política, apesar dos quase 30 anos como deputado federal. Essa gramática é, portanto, caracterizada pelo autoritarismo, pela liderança carismática, pelo

machismo⁹, pela defesa do securitarismo, pela homofobia, pelo racismo¹⁰, pelo mercado livre, pelo classismo esporádico (por forma a responder a certos interesses das elites), pelo messianismo e por um cunho religioso.

3.2. Do Portugal sem racismo à política anti-cigana, o “abençoado” Ventura

O fenómeno “André Ventura” é recente na política portuguesa, razão pela qual os estudos sobre o mesmo são quase inexistentes.¹¹ Não por acaso, neste texto ele surge depois de traçada, na exiguidade do espaço disponível, a anatomia da liderança carismática, populista e autoritária de Jair Bolsonaro, considerando que o exposto *supra* permite, *mutatis mutandi*, entender o fenómeno português em apreciação.

Num trabalho necessariamente recente, Reis (2020) realiza uma análise ao trajeto político do líder do partido político Chega. Inscrevendo o fenómeno “Ventura” num quadro maior de emergência de uma vaga reacionário global, assente num conservadorismo revolucionário e em um neoliberalismo autoritário, dá nota da existência de uma crescente massa populacional “intimidada pela globalização e desprotegida pela social democracia” (p. 76), a que acresce um temor em relação aos migrantes cada vez mais presentes nas sociedades ocidentais, os quais contribuiriam para uma reconfiguração étnica das sociedades.

⁹ O próprio Bolsonaro afirmou “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/jair-bolsonaro-polemica-palestra/>>. A sua legitimação da cultura do estupro está presente na afirmação de que não estupraria uma deputada porque ela não o merecia. Disponível em <<https://lunatenorio.jusbrasil.com.br/noticias/156410097/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada>>

¹⁰ Bolsonaro afirmou que os filhos não correriam o risco de serem gays ou namorarem com alguém negro porque “foram muito bem educados”. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>>.

¹¹ Merece menção o controverso trabalho de Marchi (2020), o qual foi visto, por uma parte da crítica, como um texto inclinado, pró-Chega, *vide* <<https://expresso.pt/politica/2020-08-02-O-Chega-a-falar-de-si-mesmo.-A-fraude-de-um-livro-por-Daniel-Oliveira>>.

Tal como referido anteriormente, os fenómenos populistas – e aqui considera-se André Ventura e o seu partido um fenómeno populista –, assumem, geralmente, uma dimensão antissistémica, galvanizando sentimentos de desconfiança, descrédito e revolta populares face a percepções de corrupção generalizada, e desinteresse em relação aos “descamisados” da globalização “nacionais”, em favor de minorias sociais. Geralmente, estes *leitmotivs* populares, embrulham políticas de costumes e moralidades e acabam por produzir lideranças messiânicas e carismáticas legitimadas na relação maussiana da troca entre obediência/seguidismo e reconhecimento da condição de “povo eleito” ao qual o messias vem dar voz, face a um silenciamento intencional das elites políticas que se perpetuariam no poder.

É isto que Rios encontra na página do Chega na internet, onde se apresenta como um partido de base popular, que aborda a temática dos imigrantes por via do reforço das garantias jurídicas dos portugueses de origem, e que pretende inverter o curso das garantias de igualdade em matéria de diversidade sexual e combater a “ideologia de género”. O que Rios não refere, mas que podemos trazer ao mapeamento genético do venturismo (se assim o podemos chamar), e que reforça as similitudes com Bolsonaro, é a questão da castração química e física de pedófilos¹², que Bolsonaro amplia para violadores, numa circunstância de *contraditio in terminis*, quando tomada em consideração a sua conivência com a linguagem inerente à cultura de estupro brasileira. Os temas de ódio à esquerda, de *endorsement* das forças de autoridade, e o recurso continuado ao “politicamente incorreto” como justificativa para ofensas¹³, estão presentes igualmente em Ventura e Bolsonaro, formando um *continuum* discursivo

¹² Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/09/22/politica/noticia/revisao-constitucional-chega-preve-castracao-fisica-pedofilos-1932475>>

¹³ Durante a campanha eleitoral de 2021, André Ventura apresentou uma estratégia comunicacional extremada e populista, fazendo uso de ofensas aos seus adversários políticos, tendo evidenciado uma tendência de “trumpização” da performance política. Ver <<https://expresso.pt/presidenciais2021/2021-01-14-O-avo-bebado-a-contrabandista-o-operario-beto-o-fantasma-como-Ventura-ve-os-rivais-politicos-nu-noite-sob-o-espectro-de-Trump>>.

⁸ A propósito deste assunto ver o interessante trabalho de Teixeira da Silva (2019).

da nova direita¹⁴. Acresce a este cenário o combate à corrupção, que permite consolidar a posição antissistémica de Ventura e do Chega. Daqui decorre, uma vez mais, um cenário de percepção dissonante com a realidade, atendendo a longa carreira de André Ventura dentro do “sistema”, quer na vida política, na juventude Social-Democrata e na condição de candidato autárquico pelo Partido Social-Democrata (PSD) à Câmara Municipal de Loures, em 2017, quer como consultor financeiro, quer como comentador futebolístico num programa de televisão. Não obstante, conseguiu consolidar a figura de *outsider* (tal como Bolsonaro), facto que nos remete para a referência inicial ao trabalho de Levitsky e Ziblatt. Compreende-se, assim, a existência de uma espécie de manual de evidências (do tipo “*how to*”) do qual os candidatos a políticos populistas, mais ou menos messiânicos conforme as características sociológicas dos seus países, bebem, reproduzindo os padrões vencedores dos modelos disponíveis.

Falta, pois, à análise do “venturismo” o elemento racial. Vejamos a questão nas linhas *infra*.

3.2.1. racismo e a memória da “nação” portuguesa – as manifestações antirracismo do Chega e a questão “cigana”

O espaço exíguo para esta análise não permite uma abordagem que não *en passant* sobre a questão do racismo e da memória história portuguesa. Reconhece-se que este tema não assume o papel de eixo central deste texto, mas impõe a necessidade de referência, tendo em conta a utilização exaustiva de André Ventura do imaginário do “país sem racismo”. Trata-se de um cenário que, uma vez mais, encontra paralelo com a sociedade brasileira, em razão do mito quase civilizacional da “democracia racial” brasileira (*v.g.* Alberto e Hoffnung-Garskof, 2018), ideologia que se entrelaça com a de “lusotropicalismo” (Castelo, 1998; Martins,

2004; Costa Pinto, 2009). Não obstante os dados do European Survey (2018-19) mostrarem a dimensão sociológica esmagadora do racismo em Portugal, facto que trouxe enorme discussão pública¹⁵, transcorre uma narrativa oficial de um país pós-racial, marcado por esporádicos eventos racistas, mas que não configuram o todo. Esta situação encontra o seu fundamento no “lusotropicalismo” e no mito do “bom colonizador”¹⁶. Contrariando esta ideologia dominante – o que permite invocar a dimensão de invisibilidade¹⁷ do fenómeno racial em Portugal –, está a particular violência sobre as comunidades africanas e afrodescendentes em Portugal, ao caso perpetrada pelo Estado, através das suas forças de autoridade, conforme atesta o relatório do Comité Anti-Tortura (CPT) do Conselho da Europa¹⁸. No conhecido como «Relatório Ford» (Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia, do Parlamento Europeu), de 1991, já se podia ler que apesar da herança étnica e cultural mista, da permeabilidade a casamentos mistos nas colónias e territórios ultramarinos, seria falacioso supor que o país goza de harmonia racial (p. 70)¹⁹. O desconforto destas conclusões não produz efeito, tendo em vista a memória coletiva de “saldo po-

sitivo” do passado colonial português, pelo menos do *lugar de fala* dominante.

Sucedem que um dos mecanismos de que o Estado português dispõe para a manutenção de uma narrativa pós-racial é a do silenciamento étnico na composição da sua população. Ao não incluir a questão étnico-racial nos censos à população, o que o Estado português faz é preservar a ideia do Estado-Nação, uma ideia clássica da Ciência Política que instrumentalizada afirma o unitarismo racial, cultural e religioso, do país branco, europeu e católico.²⁰ Há, portanto, uma realidade invisibilizada que confirma um país que é simultaneamente de “brandos costumes”, “brancos costumes” e “brando racismo”.

Esta situação foi visível, por exemplo, aquando do debate e aprovação em sede de Assembleia da República das propostas de lei (que dariam lugar à lei 134/99) relativas à proibição de discriminações no exercício de direitos com base na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, de que se destacam as palavras do deputado António Filipe, do Partido Comunista Português (PCP): “Apresentamos este Projecto de Lei sem dramatismos. Portugal não é um país racista. Não temos, felizmente, no nosso país, problemas de cariz racista com a dimensão e a gravidade dos problemas que se manifestam nos Estados Unidos, na Alemanha, ou mesmo em França”²¹. Esta narrativa mitificada está, igualmente, presente nas palavras do Ministro Adjunto Eduardo Cabrita, aquando da apresentação da proposta de revisão da lei 134/99, em 2017, em que afirma um Portugal tolerante, destacado internacionalmente pelo acolhimento de imigrantes, apesar da existência de “questões que têm que ver ou com comunidades específicas ou com situação pontuais de conflitualidade”²². As palavras destes atores políticos, em particular de Eduardo Cabrita, concentram o paradoxo da situação racial em Portugal – a

14 Valerá refletir, oportunamente, se esta nova direita não será, em rigor, uma reciclagem de uma velha direita que esteve no poder, sob diferentes roupagens, em Portugal durante o Estado Novo, na Espanha franquista, na Itália de Mussolini ou na Alemanha nazi.

15 O artigo de Joana Gorjão Henriques no jornal Público deu o mote à discussão pública. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/06/27/sociedade/noticia/european-social-survey-62-portugueses-manifesta-racismo-1921713>>.

16 Vide <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40735234>>, <<https://blog.cei.iscte-iul.pt/estatuas-nacionalidade-e-a-escola-que-nao-nos-formou/>> e Rebocho (2019).

17 O conceito de invisibilidade, no seu bojo científico sociológico-antropológico, diz respeito à condição de marginalidade económica, social e muitas vezes urbana de minorias étnico-raciais, que leva os sujeitos estigmatizados a sua situação de invisíveis aos olhos do grupo dominante. Para uma exploração desta questão, *v.g.*, Tomás (2012) e Faria (2017).

18 Disponível em <<https://rm.coe.int/1680a05953>>. Esta situação pode invocar dois princípios elementares do Estado de Direito em Portugal: o princípio da Igualdade (art.º 13.º da CRP) e princípio da Proporcionalidade (art.º 18.º, 19.º e 266.º CRP), com especial destaque para o preceito n.º 2 do art.º 13.º, que se caracteriza pelo primado da não-discriminação e que tem uma aplicabilidade direta e força jurídica (art.º 18.º) inderrogáveis.

19 Disponível em <<https://www.statewatch.org/media/documents/news/2015/jun/ep-racism-ford-report-1991.pdf>>.

20 Vide <<https://www.publico.pt/2019/06/26/sociedade/opiniao/censos-etnicos-racismo-nao-existe-1877626>>.

21 Disponível em <<https://pep.pt/actpol/temas/dhumanos/a9903251.html>>.

22 Disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/13/02/070/2017-03-30/3?pgs=32-37&org=PLC&plcdf=true>>.

difícil tarefa de compaginar a inexistência de racismo e a existência de comunidades específicas que experienciam alguma dificuldade de inserção social. Esta situação de *contraditio in terminis* é resolvida no jogo da responsabilização alheia, num exercício de imputação de culpa à vítima. No cenário português, mais do que a população africana e afrodescendente – que experiencia o que se designa por “racismo cordial” (Turra e Venturi, 1995; Sales Jr., 2006), situação que permite afirmar a inexistência de racismo em Portugal – é a comunidade “rom”, i.e., “cigana” que tem associada a doutrina social da autoexclusão voluntária da sociedade, situação que não considera os eventos de longo-termo de perseguição, marginalização e exclusão urbana (vide Castro, 2007; Marques, 2013; Magano e Mendes, 2014). Ora, é a chamada “questão cigana”²³, que se verifica elaborada a partir de percepções populares em detrimento de dados científicos, aquela que mais alimenta o alinhamento popular com o Chega. Uma abordagem aos grupos de Facebook de apoio a André Ventura, mostra que a par de um combate contra a corrupção, alinhada com a pauta do populismo global, é a temática dos “ciganos” e dos “subsídio-dependentes” que mais atrai eleitorado para o Chega.²⁴ Trata-se, portanto, de uma interseção temática que permite o divisor social padronizado pela ação populista – dos “portugueses de bem” contra os “outros”. Esses outros, no quadro português, são sobretudo os “ciganos”, os “subsídio-dependentes” e os políticos corruptos que “andam a gamar”, mas a que se podem juntar os imigrantes, as populações afrodescendentes e as minorias sexuais, conforme o eleitorado no momento, e tendo em conta o crescimento da agenda de “costumes” que o Chega vem assumindo, por via do combate à “ideologia de género”. Desse modo, é o “racismo cordial”, que se

“(…) o populismo autoritário veio para ficar nas nossas sociedades, pelo menos nos próximos anos, atendendo ao grau de penetração social destas ideias traduzidas em votos. Este evento invoca questões clássicas ligadas à legitimação das lideranças e dos detentores do poder, bem como sobre os limites da democracia, da liberdade de expressão, as crises de representação e o processo de reprodução de elites no poder.”

traveste de inexistente a partir do lugar de fala de privilégio racial – fenómeno que no Brasil se classifica de “branquitude” (vide notas 5 e 6) –, que permite a André Ventura instrumentalizar a questão racial por via da inversão, como a afirmação de que “todas as vidas importam” como resposta ao “bla-

ck lives matter”²⁵, que serve para reforçar o *status quo* abalado pelos esforços emancipatórios dos movimentos negros. É por isso que a manifestação de um Portugal sem racismo, organizada pela Chega²⁶, foi uma manifestação de população “branca” em defesa da sua memória histórica, dos seus privilégios raciais e do *status quo* do racismo cordial como não-dito e um acordo tácito, bem como uma resposta às manifestações contra o racismo sistémico em Portugal²⁷. É este caldo que permite a André Ventura emergir como o messias-político, ungido na devoção católica, como veremos adiante.

3.2.2. o enviado de Deus, Ventura no papel de messias político

Como referido, o messias-político constituiu-se como um populista que se apresenta como um *outsider* que irá conduzir o seu povo, as “pessoas de bem”, “the people”, ou similar, mas sempre os cidadãos honrosos e puros, em direção a uma nova “nação”, livre dos pecados da *velha política*, da corrupção, e dos ímpios – corruptos, subsídio-dependentes, minorias sexuais, religiosas, étnicas. Opera, pois, como uma narrativa do “reino de Deus na terra”. O “povo eleito”, i.e., “as pessoas de bem”, serão aquelas que reconhecem as virtudes da sua mensagem, as “verdades” contidas no seu discurso, e a esta aderem, sem questionar. É nesse terreno fértil, banhado pelo sebastianismo, que André Ventura opera. A componente ultraliberal é irrelevante, tendo em conta a maleabilidade do seu programa político²⁸, o que nos recorda a eterna afirmação de Groucho Marx: “Estes são os meus princípios. Se você não gosta

23 Para uma reflexão sistemática do problema vide <<https://www.joaoferreiradias.net/1003/>> .

24 Não foi por acaso que o líder do PSD, maior partido da oposição em Portugal, Rui Rio, procurou utilizar-se da ideia de subsídio-dependência para efeitos eleitorais. Disponível em <<https://tvi24.iol.pt/politica/rio/governo-esta-a-criar-um-pais-de-subsidio-dependentes>> .

25 Para uma análise do problema do “all lives matter” vide Atkins (2019).

26 Disponível em <<https://observador.pt/2020/08/02/chega-manifestou-se-em-lisboa-para-dizer-que-portugal-nao-e-racista/>> e <<https://www.dn.pt/poder/ventura-promete-maior-marcha-alguma-vez-vista-contra-antirracismo-em-evora-12526026.html>> .

27 Disponível em <<https://www.dn.pt/pais/centenas-nas-ruas-de-lisboa-e-porto-em-manifestacoes-contra-o-racismo-12527922.html>> .

28 Vide <<https://www.dn.pt/poder/chega-prepara-inversao-do-seu-programa-anti-estado-social-11586784.html>> .

deles, eu tenho outros”. A fortíssima dimensão religiosa da sociedade portuguesa, entre o quadro eclesiástico e o catolicismo popular²⁹, permite uma apropriação política que reforça a figura do messias-político. Com particular enfoque a partir da campanha eleitoral para as eleições presidenciais 2021, nas quais conquistou uns expressivos 496.770 votos, correspondentes a 11,9% face à totalidade dos votos contabilizados, mas com referências anteriores, André Ventura tem repetido a mensagem “Sinto que Deus me concedeu esta missão”, com algumas variações, como: “Deus confiou-me a difícil mas honrosa missão de transformar Portugal”³⁰.

Esta tipificação personalística reforça a sua dimensão carismática, a qual lhe permite operar num quadro messiânico, mas igualmente nostálgico, ao invocar para si as imagens positivas da memória do Estado Novo³¹, tendo presente que o ditador António Oliveira Salazar foi considerado o maior português de todos os tempos, numa votação televisiva recente³². A figura do *pater*, do homem forte, mas devoto, possibilitou a Salazar afirmar-se como redentor, i.e., como o messias político (Braga da Cruz, 1982; Martins, 2014). É, precisamente, o mesmo trajeto que André Ventura mostra querer trilhar.

Conclusões

Como afirmou Peirano (1995), a propósito da atividade de pesquisa antropológica, os resultados são sempre provisórios. Aqui não poderia ser diferente, levando em conta

29 Para esta questão *vide*, v.g., Romeiro Carvalho (1996), Pina Cabral (1997), Marques (2006), Dix (2010).

30 Disponível em <<https://twitter.com/AndreCVentura/status/1337860347370287104?s=20>>. Não se nega o efeito político intencional de captura de eleitorado ao partido CDS-PP, considerado o partido “democrata-cristão” e com o qual Ventura disputa eleitores.

31 A reconfigura da memória, a forma como ela é recomposta e reinventa o negativo do passado na relação com o presente, foi objeto de reflexão de vários autores, v.g., Pollak (1989), Halbwachs (1990), Boym (2001), Legg (2004), Suleimann (2006), Sekidis *et al.* (2008).

32 *vide* < <https://www.publico.pt/2007/03/26/portugal/noticia/salazar-eleito-o-maior-portugues-de-sempre-em-programa-da-rtp-1289390>> .

o caráter plástico dos movimentos populistas, orgânicos ou não, sempre prontos a reconfigurar-se, e a dizer tudo e o seu contrário, operando *in momentum*, em favor de percepções públicas. Percepções de um público, “o povo”, reconfigurado na esteira dos padrões judaico-cristãos do maniqueísmo, como “as pessoas de bem”, o “povo puro” (Mudde, 2004), num cenário de embate político, moral e civilizacional de “verdades alternativas” e “pós-verdades” (Davis, 2017). Ao mesmo tempo, enquanto populistas messiânicos, autoritários, carismáticos, Bolsonaro e Ventura permanecem politicamente ativos, e tal como o “trumpismo” tem sobrevivido ao fim do mandato de Donald Trump, o “bolsonarismo” e o “venturismo” revelam-se vigorosos, ao se sustentarem em “verdades” “politicamente incorretas”, que falam aos preconceitos de uma maior ou menor percentagem da população, dos “descamisados” da globalização aos mais profundos racistas, homofóbicos, misóginos. A “chefia constitucional” que referia Ferreira da Cunha (2015) é superada por estes líderes carismáticos, verdadeiros messias políticos, que ungidos pelo seu “povo (eleito)” legitimam-se além dos limites constitucionais³³.

Pela sua dimensão messiânica, portanto, religiosa, esta liderança carismática invoca questionamentos possíveis, em face da ideia weberiana de “desencantamento do mundo” (Pierucci, 2003) o qual seria gerado pela secularização das sociedades ocidentais. Seria este messias-político um xamã da sociedade politizada? Será o messianismo político um processo de reencantamento do mundo através de líderes seculares, mas com a roupagem carismática dos líderes religiosos?

Uma coisa parece certa: o populismo autoritário veio para ficar nas nossas sociedades, pelo menos nos próximos anos, atendendo

33 “Enquanto houver portugueses a ganhar pensões de 100 euros, estaremos nas tintas para a Constituição. Enquanto houver políticas agredidos nos seus quartéis, professores, bombeiros e profissionais e saúde, estaremos nas tintas para Constituição, enquanto nos disserem que não podem haver leis sérias contra a corrupção, nós estamos nas tintas para a Constituição”. André Ventura, *apud* Reis (2020).

ao grau de penetração social destas ideias traduzidas em votos. Este evento invoca questões clássicas ligadas à legitimação das lideranças e dos detentores do poder, bem como sobre os limites da democracia, da liberdade de expressão, as crises de representação e o processo de reprodução de elites no poder. Isto faz-nos voltar a Levitski e Ziblatt, citados. Como nos alertam os autores, a democracia pode ser morta, e é morta não raras vezes a partir do seu âmago, quando o “chão comum” desaparece e emerge o antagonismo instrumentalizado pelos populistas autoritários. O combate precisa do *gatekeeping*, do reforço das plataformas de entendimento político. Trajetos anteriores e afirmações presentes, mostram-nos que esta nova direita está aí, no Ocidente, para reformar as sociedades, através de uma *novilingua* sem limites, feita de símbolos nacionalistas, revisionismos históricos, dando “voz” à *vox populis*, ampliando-lhe os preconceitos, dividindo a sociedade, navegando entre ideologias e nas mãos de líderes messiânicos.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, Paulinia; HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse (2018) – “Democracia racial” e inclusão racial: histórias hemisféricas. In DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid – *Afro-Latin American Studies: An Introduction*. Buenos Aires: Clacso. ISBN 9781316822883. p. 317-378.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza (2015) - Em demanda do sebastianismo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo (séculos XIX/XX). Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

ANDRÉ VENTURA – *tweet*. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em: WWW:<<https://twitter.com/AndreCVentura/status/1337860347370287104?s=20>>.

APTER, Andrew (1987) – The historiography of Yoruba myth and ritual. *History in Africa*. Illinois. ISSN 1558-2744, 14 (1987) 1-25.

ATKINS, Ashley (2019) – Black lives matter or all lives matter? Color-blindness and epistemic injustice. Social Epistemology. London. ISSN 1464-5297, 33: 1 (2019) 1-22.

BOYM, Svetlana (2001) – The future of nostalgia. Nova Iorque: Basic Books. ISBN 9780465007080.

CANOVAN, Margaret (1999) – Trust the people! Populism and the two faces of democracy. Political studies. Reino Unido. ISBN 1467-9248, 47: 1 (1999) 2-16.

CANOVAN, Margaret (1981) – Populism. Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt. ISBN 0151730784.

CARNEIRO, Sueli (2011) – Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro. ISBN-13: 978-8587478467.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (2017) – Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada. ISBN 9788532651037.

CASTELO, Cláudia (1998) – O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento. ISBN 9789723604863.

CASTRO, Alexandra (2007) – Dos Contextos Locais à Invisibilização Política-Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal. Cidades-Comunidades e Territórios. Lisboa. ISSN 2182-3030, 15 (2007) 63-86.

COSTA, Leonard Christy Souza; DA SILVEIRA, Éderson Luís (2018). Efeito Bolsonaro: anatomia do autoritarismo. In DA SILVEIRA, Éderson Luís – Os efeitos do autoritarismo: práticas, silenciamentos e resistência (im) possíveis. São Paulo: Pimenta Cultural. ISBN 978-85-66832-93-8, p. 13-35.

DA COSTA PINTO, João Alberto (2009) – Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-

1974). Revista UFG. Minas Gerais. ISSN: 2179-292, 11: 6 (2009) 145-160.

DA CRUZ, Manuel Braga (1982) – O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. Análise Social. Lisboa. ISSN 2182-2999, XVIII: 70 (1982) 137-182.

DA CUNHA, Paulo Ferreira (2015) – Estado constitucional e messianismo político. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça. Belo Horizonte. ISSN 1982-1921, 9: 32 (2015) 15-25.

DAVIS, Evan (2017) – Post-truth: Why we have reached peak bullshit and what we can do about it. Little: Brown Book Group. ISBN-13: 978-1408703311.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (2019) – Corpo e Negacionismo. Locus: Revista de História. Juiz de Fora. ISSN 2594-8296, 25: 2 (2019) 307-332.

DEBATES PARLAMENTARES – Intervenção de Eduardo Cabrita. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 03 fev. 2021]. Disponível em WWW: <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/13/02/070/2017-03-30/3?pgs=32-37&org=PLC&plcdf=true>>.

DE AZAMBUJA RIBEIRO, Marília (2015) – Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (séculos XVI-XVIII). Magallánica: revista de historia moderna. Mar del Plata. ISSN 2422-779X, 2.3 (2015) 74-95.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Ventura promete “maior marcha alguma vez vista” contra antirracismo em Évora. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://www.dn.pt/poder/ventura-promete-maior-marcha-alguma-vez-vista-contra-antirracismo-em-evora-12526026.html>>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Centenas nas ruas de Lisboa e Porto em manifestações contra o racismo. [Em linha]. Lisboa; Por-

tugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://www.dn.pt/pais/centenas-nas-ruas-de-lisboa-e-porto-em-manifestacoes-contra-o-racismo-12527922.html>>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Chega prepara “inversão” do seu programa anti-Estado Social. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://www.dn.pt/poder/chega-prepara-inversao-do-seu-programa-anti-estado-social-11586784.html>>.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João (2018) – Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. Teoria e Cultura. Rio de Janeiro. ISSN 2318-101x, 13: 2 (2018) 55-72.

DIX, Steffen (2010) – As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. Análise Social. Lisboa. ISSN 2182-2999, 194 (2010) 5-27.

DOS SANTOS, Simão Pedro (2012) – Sebastianismo e Messianismo em Os Sertões. Revista Mosaico. Vassouras. ISSN 2178-7719, 3:1(2012) 23-33.

EUROPEAN COMMITTEE FOR THE PREVENTION OF TORTURE AND INHUMAN OR DEGRADING TREATMENT OR PUNISHMENT (2018) – Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT). Strasbourg: Conseil de L'Europe. Disponível em WWW <<https://rm.coe.int/168078e1c8>>.

FARIA, Gisele Curi de (2017) – Invisibilidade do racismo no Brasil: nas práticas escolares, culturais e sociais da discriminação racial (Pós Lei 10.639). Universidade Federal de Goiás. Dissertação de Mestrado.

FREEDEN, Michael (2017) – After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology. Journal of Political Ideologies. Leeds. ISSN 1469-9613, 22:1 (2017) 1-11.

HALBWACHS, Maurice (1990) – A memória coletiva. São Paulo: Vértice. ISBN 85-7115-038-9.

HALLIN, Daniel (2019) – Mediatisation, neoliberalism and populisms: the case of Trump. Contemporary Social Science. Uttar Pradesh, Índia. ISSN 0302-9298, 14(1), 14–25.

HANNOUM, Abdelmajid (1997) – Historiography, mythology and memory in modern North Africa: The story of the Kahina. Studia islamica, Leiden. ISSN 1958-5705, 85 (1997) 85-130.

HERMANN, Jacqueline (2005) – As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial. In GRINBERG, Keila – Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. ISBN 9788520006993. p. 87 - 111.

HERMANN, Jacqueline (1998) – No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal: séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Companhia das Letras. ISBN 9788571647862.

HUAN, Nguyen Tran (1959) – Le Roi Sacré dans l'ancien Viet-Nam. In EDSMAN, Carl-Martin – The Sacral Kingship/La Regalità Sacra. Leiden: Brill, ISBN 978-9004016095, p. 164-166.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie (2002) – Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA. ISBN 9788586170485.

JOÃO FERREIRA DIAS – “Que cigânica” ou de como é urgente repensar a posição dos ciganos na sociedade portuguesa. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://www.joaofferreiradias.net/1003/>>.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes (2010) – A desconstrução do mito da raça e a inconstitucionalidade de cotas raciais

no Brasil. Direito Público. ISSN 2236-1766, 8:3 (2010) 18-54.

LARA MARTÍNEZ, Laura (2010) – Messianismo Político E Legitimação Religiosa Na Espanha E Chile No Século XX: Um Estudo Histórico-Político De Sociologia Da Religião. CSONline. Juiz de Fora. ISSN 1981-2140, 11 (2010) 143-152.

LEGG, Stephan (2004) – Memory and nostalgia. Cultural Geographies. Canada. ISSN 1477-0881, 11 (2004) 99-107.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018) – How democracies die: What History Tells Us About Our Future. Londres: PENGUIN BOOKS LTD. ISBN 978-1-5247-6293-3.

LIMA, Luís Filipe Silvério (2010) – O império dos sonhos-narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

LOPES, Marcos Antônio (2010) – De Deus Ao Rei: O Direito Sagrado Do Mando (Implicações Teológico-Religiosas Na Teoria Política Moderna). Síntese: Revista de Filosofia. Belo Horizonte. ISSN 2176-9389, 37: 118 (2010) 215-226.

MACHADO, Maria das Dores Campos (2018) – O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. ISSN 1806-9584, 26: 2 (2018) 1-18.

MAGANO, Olga; MENDES, Maria Manuela (2014) – Ciganos e políticas sociais em Portugal. Sociologia. Porto. ISSN 0872-3419, 4 (2014) 15-35.

MARQUES, João Filipe (2013) – O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal. Sequelas de uma modernização inacabada. In: MAGANO, Olga.

MARQUES, José (2006) – Os santos dos caminhos portugueses. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade

do Porto. Porto. ISSN 2183-0479, 7 (2006) 243-262.

MARTINS, Moisés de Lemos (2014) – Os Mitos de Origem no Salazarismo - O Passado como se Fora Presente. In BAPTISTA, M. M. et. al. – Europa das Nacionalidades. Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas, Coimbra: Grácio Editor. ISBN 978-989-8377-66-1. p.185-191.

MARTINS, Moisés de Lemos (2004) – Lusofonia e luso-tropicalismo: Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA, SUBORDINADO AO TEMA LUSOFONIA. São: Paulo, 2004. [Em linha]. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade [Consult. 3 fev. 2021]. Disponível em WWW: <URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf>.

MARTINS, Moisés de Lemos (1992) – A dona de casa e a caravela transatlântica: estudo sócio-antropológico do imaginário salazarista. Cadernos do Noroeste. Braga. ISSN 0870-9874, 5: 1-2 (1992) 191-204.

MATOS CORREIA, José de; LEITE PINTO, Ricardo (2020) – Lições de Ciência Política e Direito Constitucional: teoria geral do Estado e Formas de Governo. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISBN 978-989-640-230-3.

MAUSS, Marcel (2007 [1923-4]) – Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris: PUF. ISBN 9782130554998.

MEIRA, André Vinícius Carvalho (2011) – O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil. Alethes: Periódico Científico dos Graduandos em Direito-UFJF Juiz de Fora. ISSN 2177-4633, 3 (2011) 11-28.

MENDES, Maria Manuela – Ciganos Portugueses. Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN: 978-989-8536-26-6.

p.111-121.

MISKOLCI, Richard (2018) – Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. cadernos pagu. ISSN 1809-4449, 53 (2018) s.p.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano (2017) – “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado. ISSN 1980-5462, 32:3 (2017) 725-748.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist (2004) – Government and opposition. Cambridge. ISSN 1477-7053, 39: 4 (2004) 541-563.

NEGRÃO, Lísias Nogueira (2001) Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. ISSN 1806-9053,16: 46 (2001) 119-129.

NUNES, Sylvia da Silveira (2006) – Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicologia USP. São Paulo. ISSN 1678-5177, 17: 1 (2006) 89-98. OBSERVADOR - Chega manifestou-se em Lisboa para dizer que “Portugal não é racista”. [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://observador.pt/2020/08/02/chega-manifestou-se-em-lisboa-para-dizer-que-portugal-nao-e-racista/>>.

ORO, Ari Pedro (2005) – Religião e política no Brasil. Cahiers des Amériques latines. Paris. ISSN 2268-4247, 48-49 (2005) 204-222.

ORO, Ari Pedro (2003) – A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. ISSN 1806-9053, 18: 53 (2003) 53-69.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – Lei contra a discriminação racial. Intervenção do deputado António Filipe [Em linha]. Lisboa; Portugal. [Consult. 03 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://pcp.pt/act-pol/temas/dhumanos/a9903251.html>>.

PEIRANO, Mariza (1995) – A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. ISBN 978-8573160420.

PEREIRA, Diogo Neves (2004) – Cook e Collor, Lono e o Messias: Marshall Sahlins e a articulação entre estrutura e história. Um possível caso brasileiro: Collor e a reprodução do mito messiânico na eleição presidencial de 1989. Revista Três Pontos. Belo Horizonte. ISSN 2525-4692, 1:1 (2004) 47-54.

PIERUCCI, Antônio Flávio (2003) – O desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34. ISBN 978-85-7326-278-0.

PINA CABRAL, João de (1997) – O pagamento do santo - uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto socio-económico português. In: Museu Antropológico (Eds.), Milagre que Fez. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, ISBN 978-9729006364. p. 79-104.

PLO, Antonio R. Rubio (2006) – Elecciones presidenciales en Portugal: cavaquismo, sebastianismo e ilusiones colectivas. Análisis del Real Instituto Elcano (ARI). Madrid. ISSN 1696-3466, 10: 1 (2006) 1-6.

POLLAK, Michael (1989) – Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. ISSN 2178-1494, 2: 3 (1989), 3-15.

PÚBLICO – Salazar eleito “o maior português de sempre” em programa da RTP. [Consult. 04 fev. 2021]. Disponível em WWW:<<https://www.publico.pt/2007/03/26/portugal/noticia/salazar-eleito-o-maior-portugues-de-sempre-em-programa-da-rtp-1289390>>.

REBOCHO, Manuela Maria de Castim Botelho Taveira (2019) – A herança lusotropicalista e o espectro do racismo em Portugal: das formas explícitas às subtis. Universidade Lusófona de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

REIS, José Pedro (2020) – André Ventura-

-por Portugal pelos portugueses. Movimento Ação. Mato Grosso do Sul. ISSN 2358-9205, 7: 13 (2020) 73-90.

ROMEIRO CARVALHO, António (1996) – A curandeira, a religião e a medicina na cultura popular. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa, 1996 – III Congresso Português Sociologia [em linha]. Oeiras: Celta Editora. [Consult. 28 jan. 2021]. Disponível em WWW: <URL https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492eba72afcfb_1.pdf>.

SALES JR., Ronaldo (2006) – Democracia racial: o não-dito racista. Tempo social. São Paulo. ISSN 1809-4554, 18: 2 (2006) 229-258.

SCUBLA, Lucien (2003) – Roi sacré, victime sacrificielle et victime émissaire. Revue du MAUSS. ISSN 1776-3053, 2 (2003)197-221.

SEDIKIDES, Constantine, *et al.* (2008) – Nostalgia past, present, and future. Current Directions in Psychological Science. Thousand Oaks, CA. ISSN 1467-8721, 17:5 (2008): 304-307.

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da (2017) – Religião e política no Brasil. Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos. ISSN 1665-8574, 64 (2017) 223-256.

SULEIMAN, Susan Rubin (2006) – Crisis of memory and the Second World War. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. ISBN 0-674-02206.

TAGGART, Paul (2000) – Populism. Buckingham: Open University Press. ISBN 9780335200450.

TAVARES, Olga (1998) – Fernando Collor: o discurso messiânico: o clamor ao sagrado. Rio de Janeiro: Annablume. ISBN 9788574190310.

TOMÁS, Júlia (2012) – A invisibilidade social, uma construção teórica. In: Colóquio “Crise das Socializações”. Braga. 2012, 1-12. Disponível em < <https://www.researchgate>.

net/publication/228333133_A_invisibilida-
de_social_uma_construcao_teorica>.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (1995) – Racismo cordial. São Paulo: Ática. ISBN 9788508056613.

VALENSISE, Marina; REVEL, Michèle; REVEL, Jacques (1986) – Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française. Annales. Paris. ISSN 1953-8146, 41: 3 (1986) 543-577.

VANSINA, Jan M. (1985) – Oral tradition as history. Maddison: University of Wisconsin Press. ISBN 0299102149.

YOUNG, Iris Marion (1990) – Representação política, identidade e minorias. Lua Nova. São Paulo. ISSN 1807-0175, 67 (1990) 139-190.

Data de envio / Submission date: 07-02-2021

Data de aceitação / Acceptance date: 13-02-2021